

Escolarização no sudoeste do Paraná entre 1890-1930

Schooling in the southwest of Paraná between 1890-1930

Fábio Júlio Bido

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre/RG/Brasil

André Paulo Castanha

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – (Unioeste)

Francisco Beltrão/PR/Brasil

Resumo

O presente artigo tem por objetivo compreender o processo de escolarização na região Sudoeste do Paraná tendo como base de análise as fontes primárias, tais como: mensagens do governo, relatórios de secretários e inspetores de ensino, mapas escolares e Ofícios diversos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental. A região Sudoeste, segundo a historiografia, era um espaço “vazio” coberto pela mata de araucária, formada pelos municípios de Palmas e Clevelândia. Os dados encontrados evidenciam que já havia ensino formal em vários pontos do território, bem como indicaram a efervescente migração para a região. As fontes trouxeram à tona diferentes dados sobre a escolarização, muitas vezes esquecidos com o passar do tempo, tendo em vista que a região é pouco estudada, no campo educacional.

Palavras-chave: Ensino Primário, Palmas-PR, Clevelândia-PR, Fontes Primárias.

Abstract

The goal of this article is to understand the schooling process in the Southwest region of Paraná based on the primary sources of analysis, such as government messages, reports from secretaries and teaching inspectors, school maps, and various crafts. It is, therefore, documentary research. The Southwest region, according to historiography, was an “empty” space covered by the araucaria forest, formed by the municipalities of Palmas and Clevelândia. The data found show that there was already formal education in various parts of the territory, as well as indicated the effervescent migration to the region. The sources brought up different data on schooling, which were often overlooked over time, given that the region is poorly studied in the educational field.

Keywords: Primary Education, Palmas-PR, Clevelândia-PR, Primary Sources.

Introdução

O presente texto, síntese de uma dissertação defendida em um programa de pós-graduação em educação do Paraná, procurar desvelar o processo de Escolarização na região Sudoeste do Paraná entre 1890 e 1930. Alicerçado em fontes primárias procuramos extrair dados sobre as escolas existentes, quadro de professores, número de alunos, condições de ensino, conteúdos ensinados e outros dados sobre as primeiras experiências educativas da região. Evidenciamos, que na região Sudoeste do Paraná já existiam práticas de escolarização antes da chegada dos grandes fluxos migratórios, característicos das décadas de 1940 e 1950.

A investigação também revelou a importância do levantamento e da análise documental, já que não existem estudos sobre essa temática naquele período. Após levantamento em bancos de teses e dissertações da CAPES, artigos e livros em geral, o máximo que conseguimos foi referências a uma ou outra escola e os nomes de alguns professores, especialmente das cidades de Palmas e Clevelândia. Ao fazer o cotejamento das mensagens de governadores, relatórios de secretários de estado e de e inspetores de ensino, legislação, mapas escolares e ofícios diversos, revelamos dados bem expressivos sobre a educação no período, completamente desconhecidos pelos estudiosos da história da educação. Ou seja, fizemos um retorno as fontes da época, fontes primárias ou diretas, como orientou Castanha (2013).

Infelizmente precisamos registrar as dificuldades que enfrentamos para ter acesso aos arquivos documentais dos municípios de Palmas e Clevelândia, únicos municípios constituídos no período. No contato com as prefeituras fomos instruídos a protocolar os pedidos, fizemos isso indicando as razões, objetivos e importância da pesquisa para a história da região e para os próprios municípios, mas infelizmente, depois de várias tentativas, não nos foi liberado o acesso aos arquivos.

Para dar conta do nosso objeto de investigação, recorreremos ao Arquivo Público Estadual, em seus arquivos físico e digital e ao arquivo da Biblioteca Pública do Paraná, ambos na cidade de Curitiba. Nesses arquivos encontramos os dados gerais sobre a educação no Estado, principalmente nos relatórios e, a partir deles, buscamos vestígios da escolarização na região Sudoeste e capturamos informações esparsas encontradas sobre a educação. Não sendo possível acessar os arquivos locais, as questões mais internas ao processo educativo, as informações sobre demandas das escolas, os interesses políticos locais, não foram aprofundados. Apesar das limitações ao acesso aos arquivos, estamos felizes, pois

conseguimos juntar dados bem expressivos que revelam a disseminação das escolas na região.

De fato, as fontes documentais nos permitem retratar um panorama da história da instrução pública, pois são registros de ações humanas que marcaram o percurso da história, mesmo que sem a intenção de fazê-lo, como indicou Lombardi (2004). Portanto, não há muitos outros caminhos a serem considerados possíveis, a não ser pela utilização da documentação histórica, mesmo que restritos, quando se trata de compreender recortes e objetos pouco estudados. Os documentos históricos nos permitiram compreender ou construir uma narrativa sobre o processo de escolarização da região Sudoeste do Paraná.

Diante do exposto enfatizamos que o objetivo central deste texto foi/é desvelar o processo de escolarização, indicando dados, compreendendo a estruturação, elementos e características gerais da Instrução Pública na região Sudoeste do Paraná. Ao trazer à tona a presença de ensino evidenciamos que já havia um expressivo populacional na região, antes da colonização (a partir da década de 1940), marco considerado pela historiografia regional.

O recorte temporal cobre um período clássico da historiografia, a chamada Primeira República, momento histórico em que a educação ganhou status no discurso civilizatório, de ordem e progresso. Além disso, como enfatizou Nagle (1974), a importância da educação cresceu, principalmente, porque possibilitava aumentar a massa de votantes, pois quem não sabia ler e escrever não poderia exercer o direito de votar e era considerado incapacitado de assumir cargos públicos nas inúmeras profissões que foram surgindo com o avanço e complexificação do processo produtivo do país. Havia, portanto um entusiasmo pela educação, onde todos defendiam a difusão da educação como salvadora da nação. No entender de Nagle: “A importância da escolarização, nesse contexto, é derivada de necessidades políticas; devido a isso a outros argumentos, quaisquer que sejam a escolarização ganha prestígio (Nagle, 1974, p.102).

Conforme indicaram Melo e Machado (2010), no início da República as questões educacionais ganharam relevância, tornando-se indispensável para o progresso social, sendo objeto de debates, e destacando-se como algo fundamental para a formação do cidadão, no processo de assimilação cultural por imigrantes e na preparação para o trabalho, no Estado do Paraná. Segundo as autoras:

O ideário da necessidade de educar as classes populares e dispor maior oferta de educação a toda à população em condições de recebê-la fortaleceu-se ao lado do

entendimento de que problemas sociais poderiam ser resolvidos, em parte, pela educação. Dessa forma, a primeira década republicana no Paraná foi marcada pela criação de diversas leis, decretos e regulamentos, com o objetivo de difundir escolas primárias (Melo; Machado. 2010, p. 1).

De fato, havia a preocupação com a disseminação da Instrução Pública pelo território do Estado, sendo de extrema importância para a cidadania e preparação para o trabalho. Isso ficou evidenciado pela expansão da escola no Sudoeste do Paraná, uma região fronteiriça, coberta de floresta e com muitos conflitos locais, em torno da posse do território, como as disputas entre Brasil e Argentina e a guerra do Contestado (1912-16), que afetaram toda a região. Foi em meio a este cenário que a Instrução Pública se desenvolveu na região, de forma bastante silenciosa, a passos curtos, e, conforme ocorria em várias regiões do Estado, com muitos problemas.

O texto está organizado apenas com um tópico e as conclusões. Mesmo diante de tantos percalços, obtivemos alguns documentos interessantes e de grande valor histórico, que evidenciam que, de fato, existiu uma movimentação escolar na região e é isso que passamos a demonstrar em seguida.

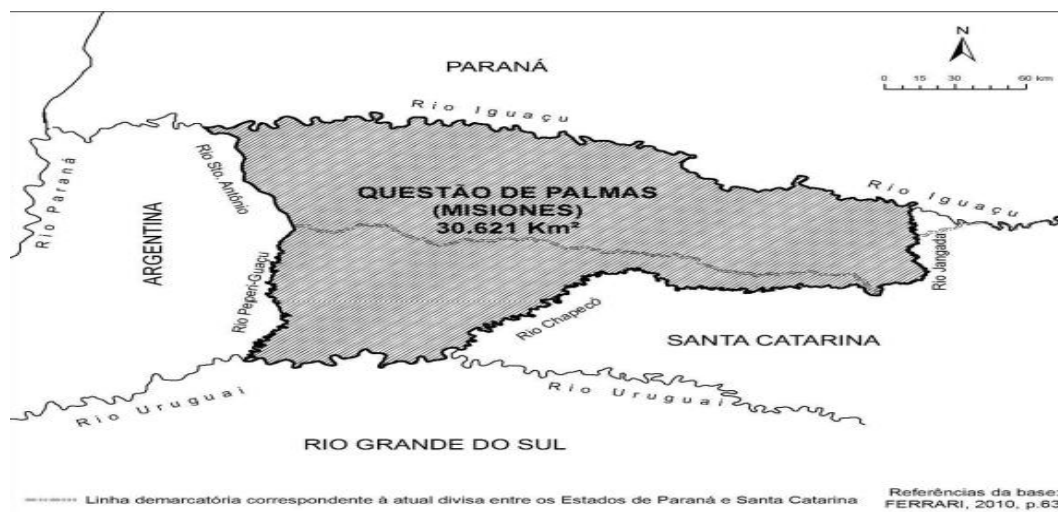
Escolarização no Sudoeste do Paraná entre 1890 e 1930

Durante a pesquisa, conforme já relatado na introdução, tivemos dificuldades de permissão de acesso aos arquivos locais, que estão guardados os documentos nos municípios de Palmas e Clevelândia, únicos da região na época. Em função de ser o primeiro município da região, encontramos mais registros documentais sobre Palmas nas fontes que consultamosⁱ. Desse modo, trouxemos mais dados sobre a escolarização no município de Palmas, fazendo um esforço para levantar e analisar os dados da escolarização no município de Clevelândia e, assim cobrir todo o território do Sudoeste do Paraná. Queremos reforçar também que, certamente, não identificamos todas as escolas existentes na época. É provável que houvesse muitos professores que lecionando em suas próprias residências ou em casas e escolas, de modo informal, como enfatizou Emer (1992), que não foram nominados na documentação oficial.

Palmas se tornou município em 1879 e ficou responsável pela administração de um vasto território, que atualmente pertencem ao Estado de Santa Catarina, até 1916, quando houve a definição das fronteiras entre os dois estados, com o fim da Guerra do Contestado. A região de Palmas foi palco de várias disputas pelo controle do território. Inicialmente

tivemos o conflito entre Espanha e Portugal, depois o conflito entre Brasil e Argentina, na denominada Questão de Palmas. Vejamos um mapa que expressa a área em conflito.

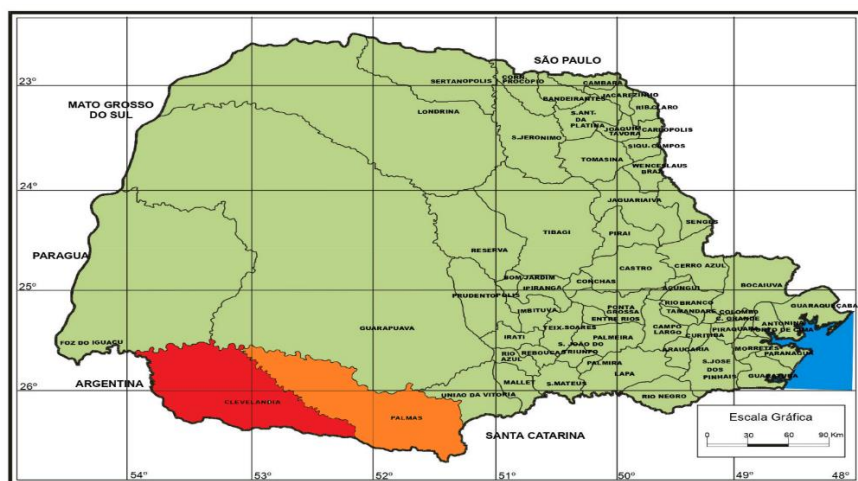
Mapa 1. Questão de Palmas Área em Litígio entre Brasil e Argentina



Fonte: Martinello, 2020, p. 93.

Antes de 1916, toda a área que se encontra abaixo da linha divisória dos dois estados pertencia ao município de Palmas. Essa parte do território catarinense pertencia ao Estado do Paraná, desde 1853, área da 5ª Comarca da Província de São Paulo, que se constituiu no Estado do Paraná. Portanto, toda a área que atualmente caracteriza ou Oeste catarinense integrava o município de Palmas. Em 1892 houve o desmembramento/emancipação do município de Bela Vista de Palmas/Clevelândiaⁱⁱ, que passou a administrar mais ou menos a metade do território do atual Sudoeste do Paraná. Vejamos como era a divisão da região Sudoeste no período.

Mapa 2. Sudoeste do Paraná no ano de 1924 (área em destaque).



Fonte: Paraná. ITGG, 2003, p. 3. Adaptado por Denize Naira Santi.

Essa distribuição administrativa da região permaneceu até 1943, quando foi criando o município de Mangueirinha, constituinte do Território Federal do Iguaçu, sendo desmembrado do município de Palmas.

Com o propósito de mostrar que existiu uma movimentação escolar na região, analisamos uma série de documentos, como: relatórios de secretárias da pasta de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, de Inspetores de Instrução Pública ou de Ensino, mapas escolares, ofícios entre outros documentos.

Entre os documentos analisados, chamou nossa atenção, o pedido feito pelo professor João Manoel Cunha Sobrinho, da vila de Palmas ao presidente de Estado, para construção de uma casa escolar nova. O pedido ocorreu porque a escola estava muito próxima da divisa com o território da República Argentina. O professor relatou que estavam recebendo visitas de moradores da República vizinha, moradores estes, interessados em sua Instrução. Conforme argumentou nos seguintes termos:

Estando esta Escola situada em um lugar que se acha fronteira com a República Argentina, penso não ser descartada a ideia que tenho de, às expensas de donativos que vou solicitar, construir uma casa escolar, completamente mobiliada, e para esse fim, peço também o vosso valiosíssimo concurso, se julgares que a ideia é digna de levar avante, como penso no meu humilde entender, visto estarmos sendo visitados quase todos os dias por cidadão daquela República. (Paraná. Arquivo Público, AP. 0897. P.38, 60. Vol. 19. 1890, p. 66).ⁱⁱⁱ

O professor concluiu o pedido reforçando a necessidade de ser realizado o concurso para efetivá-lo, sendo, segundo ele, um motivo de gratidão para com os habitantes da região e dos seus futuros cidadãos (Paraná, Arquivo Público, AP. 0897. P.38, 60. Vol. 19. 1890, p. 66).

No mesmo documento enviado ao presidente/governador do Estado, o professor da Escola do sexo masculino da Vila de Palmas, João Manoel Cunha Sobrinho, apresentou a quantia de 40 alunos matriculados na escola no ano de 1890, e estava esperançoso para que no ano subsequente (1891) este número aumentasse. Entretanto, neste mesmo documento, o professor relatou dificuldades com a resistência dos pais em enviarem seus filhos à escola.

A questão da resistência dos pais em matricularem seus filhos às escolas, naquele período histórico do Brasil e no Paraná, era de fato um problema a ser enfrentado. Isso se dava, segundo Castanha (2007), por vários motivos: pela necessidade de os pais precisarem do trabalho de seus filhos, para o sustento da família, pelas dificuldades de acesso as escolas, pelo fato de a instrução, obtidas nas escolas ainda não figurar no imaginário popular, como uma condição para a ascensão social. A escola era uma instituição que começava a ser

reconhecida pelos meios populares e, o discurso republicano da escola como redentora foi fundamental para melhorar a sua aceitação. Além desses aspectos da resistência a frequência escolar, o João Manoel Cunha Sobrinho apresentou outras justificativas, o fato de os pais não encontrarem materiais escolares, e de os valores destes, quando encontrados a venda serem exorbitantes, incompatíveis com o nível de pobreza que se encontravam a grande maioria das famílias que na região viviam. (Paraná, Arquivo Público, AP. 0897. P.38, 60. Vol. 19. 1890).

No relatório do ano de 1894, encontramos nos anexos um quadro do professorado das cidades, vilas, bairros e freguesias do Paraná, na qual consta os professores do município de Palmas. Os dados sobre Palmas estão dispostos no quadro abaixo.

Quadro 1. Resumo de escolas e professores de Palmas, ano de 1894

Número de Escolas			Subvencionadas		Efetivas	
3			2		1	
Escola masculino	Escola Feminina	Promíscua	Cidade	Vilas	Colônia	Bairro
1	1	1	0	2	0	1
Número de Professores			Despesas			
3			Vencimentos		Aluguel de casa	
			2:880\$000		300\$000	

Fonte: Paraná. Relatório de Secretário de 1894. Dados organizados pelos autores.

Sobre as escolas de Bela Vista de Palmas/Clevelândia, os primeiros dados oficiais encontrados também foram referentes ao ano de 1894, mas é possível que já tivesse professor anterior a essa data, ainda quando a vila pertencia ao município de Palmas. Bela Vista de Palmas se tornou município em 1892, e a partir de então, passou a aparecer nos relatórios da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. No relatório de 1894 apareceu a nomeação da professora Maria Madalena dos Santos Costa, na modalidade de escola Promíscua.

As escolas promíscuas eram aquelas em que estudavam ao mesmo tempo e no mesmo espaço meninos e meninas. Essas cadeiras eram regidas, quase que obrigatoriamente por professoras. O uso do termo “promíscuo” evidencia o grau de moralidade e religiosidade que fundamentava aquela sociedade^{iv}.

A subvenção de escolas/professores era uma prática muito comum e legalizada no período. Conforme previa o regulamento da Instrução pública de 1890, no seu artigo 1º, § 2º, o Estado poderia firmar contrato anual com um determinado professor para ensinar as crianças em idade escolar, caso não houvesse professor efetivo na localidade. Se ao final do

ano, o professor mostrasse resultados satisfatórios e, ainda não houvesse professor efetivo, o contrato poderia ser renovado (Paraná, Decreto n. 31, de 1890, p. 38). Nessa modalidade de escolas poderiam frequentar alunos que os pais pagavam diretamente para o professor um valor combinado e um número de alunos, tidos como carentes (geralmente uns 15), que estudavam gratuitamente, sendo o professor subvencionado pago pelo Estado uma subvenção mensal. O valor da subvenção prevista para o professor pelo Código de Ensino de 1917 era de 720 mil réis anual, o que correspondia a um valor de 60 mil réis mensais (Paraná, 1917, p. 37).

Na busca pela comprovação da escolarização da região Sudoeste do Paraná, encontramos dados interessantes, que dizem respeito às despesas públicas em educação. Se houve o registro de gastos com a educação nos municípios, então existia escolas. O quadro n 03, referente ano de 1897, apresentou um demonstrativo de despesas com a professores e aluguel de casas escolares, nele apareceu Bela Vista de Palmas/Clevelândia com despesas referentes a apenas um professor e Palmas com 4 professores.

Quadro 2. Demonstrativo das Despesas com a Instrução Pública dos municípios de Bela Vista de Palmas/Clevelândia e Palmas em 1897

Municípios	Professores	Vencimentos	Aluguel de Casa ^v	Total
Bela Vista de Palmas (Clevelândia)	1	1:500\$000	120\$000	1:620\$000
Palmas	4	5:100\$000	420\$000	5:520\$000

Fontes: Paraná. Relatório do Secretário de 1897. Dados organizados pelos autores

Os dados revelam que o professor de Clevelândia, proporcionalmente ganhava mais que os professores de Palmas. As diferenças salariais estavam ligadas ao nível de formação, mas principalmente ao local ou nível da escola. Quanto maior fosse a cidade e maior o nível das escolas, maior era o salário do professor. Por exemplo, o professor de um grupo escolar, recebia mais que um professor de escola isolada.

Localizamos dados sobre escolas e professores referentes ao ano de 1905. Ao fazer um comparativo com os de 1897, verificamos que no município de Palmas já havia 6 escolas e no município de Clevelândia, continuavam as mesmas duas.

Quadro 3. Demonstrativo dos Professores Públicos Primários dos municípios de Bela Vista de Palmas/Clevelândia e Palmas em 1905

Professor	Normalistas	Efetivos	Localidade
Maria Magdalena Dos Santos Costa	-	-	General Carneiro
Maria Rita de Mendonça	sim	-	Cidade de Palmas
Pedro Carli	-	-	Cidade de Palmas

Não Identificado			Xanxerê
Não Identificado			Passo Bormann
Não Identificado			Mangueirinha
Maria José de Oliveira	-	sim	Bela Vista/Clevelândia
Eugenio dos Santos Justem	-	sim	Bela Vista/Clevelândia

Fonte: Paraná. Relatório do Diretor de Instrução Pública de 1906, p. 75 e 80. Dados organizados pelos autores.

Observando as localidades registradas no quadro, destacamos que General Carneiro, pertenciam à Palmas e atualmente é um município que pertence a região Sul do Estado. Xanxerê e Passo Bormann estão localizados no Estado de Santa Catarina.

Ao analisarmos o relatório anual apresentado ao presidente de Estado Dr. Francisco Xavier da Silva em 1909, redigido pelo Secretário do Interior, justiça e Instrução pública, Coronel Luiz A. Xavier, encontramos um quadro com os conteúdos que deveriam ser ensinados nas escolas Públicas do Paraná. O documento definia o currículo para as escolas infantis, o curso elementar, o complementar e o Secundário. No ensino Primário, existia a divisão em Curso Infantil, Elementar e Complementar, já no Secundário, a divisão era entre Escola Normal e Ginásio Paranaense. Abaixo reproduzimos o currículo dos cursos infantis, elementar e complementar.

Quadro 4. Distribuição das disciplinas e conteúdos nos Curso Infantil, Elementar e Complementar do Estado do Paraná a partir de 1909

Curso Infantil	Ensino Moral - Desenvolvimento dos instintos simpáticos	Veneração
		Bondade
		Apego
	Ensino Estético - Exercícios Rudimentares	Poéticos
		Fônicos
		Plásticos
Curso Elementar	Português: Leitura, exercícios gramaticais por indução, exercícios de redação e composição, escrita e caligrafia.	
	Aritmética: Prática das 4 operações sobre números inteiros e fracionários, noções sobre números e sistemas de numeração.	
	Geometria: Noções fundamentais e conhecimento das principais formas geométricas, desenho a mão livres e geométrico.	
	Noções Rudimentares de Física, Química e História Natural, suficientes para suas aplicações aos principais rudimentos de higiene e agronomia.	
	Prática de Agronomia	
	Noções de Geografia Geral e do Brasil, especialmente do Paraná	
	Fatos principais da História do Brasil, especialmente do Paraná	
Curso Complementar	Português - Estudo completo e francês	
	Aritmética - Estudo completo	
	Geometria: Noções fundamentais e estudos das principais formas geométricas. Desenho geométrico.	
	Álgebra: Noções fundamentais, resolução das equações de 1º grau. Seguida das teorias das proporções e suas aplicações às regras de três, juros e companhia.	

	Noções de geografia geral e do Brasil, especialmente do Paraná.
	Noções de História do Brasil, especialmente do Paraná.
	Conhecimento dos princípios básicos da Constituição Federal e estadual e principais direitos e deveres do cidadão.
	Noções fundamentais de Física, Química, mineralogia, Botânica, zoologia, agronomia e higiene.
	Noções de escrituração Mercantil
	Música vocal
	Trabalhos Manuais
	Exercícios estéticos de recitação e canto.
	Exercícios físicos moderados

Fonte: Paraná. Relatório do Secretário de 1909, Anexos, p. 01A. Dados organizados pelos autores.

Conforme visto no quadro 5, a Instrução Primária apresentava três níveis: infantil, elementar e complementar. Pelos dados coletados, tudo evidencia que na região Sudoeste, no período só houve o ensino elementar, ofertado pelo Estado, pois não encontramos registros oficiais de escolas que ofertavam cursos infantis ou complementares.

Ficou claro que o currículo escolar contemplava várias áreas do conhecimento e a grade deveria ser seguida em todo o território Paranaense. Nos relatórios e mapas escolares veremos que a cobrança maior, por parte dos professores e do estado, concentrava-se no aprender a ler e escrever, aritmética com as quatro operações, embora nos mapas escolares aparecessem questionamentos a serem respondidos pelos professores referente ao ensino de Geometria, História e Geografia, entre outras disciplinas.

No mesmo relatório apresentado ao presidente de estado, em 1909, os Inspetores de Ensino elaboraram um mapa escolar das escolas públicas e particulares com dados coletados em 1909, nele aparecem dados sobre os municípios de Palmas e Clevelândia, com seus respectivos alunos, se era escola pública, subvencionada ou particular, escola masculina, feminina ou promiscua, além da frequência média.

Sobre Palmas os dados registraram a existência de 2 escolas masculinas, 1 feminina e 1 promiscua, ou seja, 4 escolas. Dentre os alunos matriculados eram 120 alunos e 64 alunas, totalizando 184 alunos, com frequência média de 124 alunos. Destas escolas, 3 eram públicas e 1 particular. (Paraná. Relatório de 1909, p. 04A).

Já no município de Clevelândia constam 3 escolas, 2 escolas masculinas e 1 feminina. Das 3 escolas, 2 eram públicas e 1 particular. Não é apresentada a quantidade de alunas da escola feminina, sendo apresentado apenas a quantidade de 46 meninos matriculados, com frequência média de 35 alunos (Paraná. Relatório de 1909, p. 04A). O documento não esclarece o termo particular, por isso acreditamos se tratar de escolas subvencionadas.

Neste mesmo ano, o relatório indica que foram criadas várias cadeiras, para serem implantadas a partir do ano seguinte. Em Palmas foram 11 cadeiras, sendo 9 promíscuas, 1 feminina e 1 masculina. O relatório indicou que já havia sido ocupada 3 cadeiras, restando 8 cadeiras vagas. Em Clevelândia também foram criadas cadeiras, ao todo foram 4, sendo 3 promíscua e 1 masculina, sendo ocupadas 2 cadeiras, restando 2 cadeiras vagas. (Paraná. Relatório de 1909, p. 108). Essas escolas criadas no ano de 1909, possivelmente não chegaram a se efetivar imediatamente, pois nos anos seguintes, o número de escolas não cresceu significativamente.

Um documento que nos chamou muito a atenção foi o ofício enviado ao Coronel secretário do Interior, datado de 10 de setembro de 1909. Neste documento encontramos dados sobre o Povoado de Barracão, afirmando ter sido encontrado no povoado, 30 crianças brasileiras, que procuravam instrução em território Argentino. Conforme descrito no documento de 1909:

Informa o Sr. Prefeito de Clevelândia em ofício [...], que, visitando o povoado de Barracão, encontrou uma população escolar de 30 crianças brasileiras que procuram instruir-se n'uma escola argentina, em território argentino, e isso por que aquela zona está desprovida de escola pública onde a infância possa receber os primeiros ensinamentos da língua pátria (Paraná. Ofício ao Coronel Secretario, Anexo ao Relatório de 1909, p. 6).

Foi solicitada, nesse ofício, a criação de escolas nessa região fronteira, para que as famílias que nela viviam pudessem ter acesso ao ensino da língua oficial do país, adquirissem conhecimentos específicos, costumes, história e geografia do país, sem precisarem recorrer ao país vizinho.

Ao final do documento foi solicitado que a cadeira promíscua de Barracão, criada pela lei nº 788, de 22 de abril de 1908, fosse feita sua conversão para masculina, nomeando para regê-la, o professor Virgílio Ferreira. Essa proposição não se efetivou. Todavia, o documento confirma que já havia escola em funcionamento do lado argentino e que já havia demanda por escola na região de Barracão em 1909.

A problemática da necessidade de mobílias nas escolas esteve presente em vários relatórios, ofícios e mensagens enviadas ao governo, sendo de conhecimento público das autoridades governantes, tanto que os próprios inspetores de ensino detalhavam em seus relatórios, tais problemas, que se arrastavam durante anos^{vi}. O fato da dificuldade de haver escolas com estrutura de mobílias e livros ficou nítido no ofício de 1914. Pelo ofício foi

solicitada mobília nova para uma escola não fechar suas portas. Por telegrama, o professor Virgílio Ferreira, da cidade de Palmas-PR, comunicou que havia suspenso as aulas da escola pública que dirigia por absoluta falta de mobília. O professor só conseguiu abrir a escola novamente alguns dias depois, graças ao Inspetor de Ensino Augusto de Souza Guimarães, que, com muita dificuldade, conseguiu emprestado da escola mantida pelos Franciscanos^{vii}, sete bancos carteiras por espaço de poucos dias, ou seja, temporários. De modo, que o professor se viu obrigado a pedir novamente, que fossem providenciadas novas mobílias, para que não tivesse na contingência, suspender suas aulas, o que acarretariam sérios prejuízos aos alunos de sua escola (Ofícios de 1914, V 9, A.P 1526, p.183).

Segundo Muller (2021), no ano de 1914, Palmas contou com a fundação do primeiro Grupo Escolar, que recebeu o nome de Coronel Domingos Soares e passou a funcionar, de modo provisório em uma residência do prefeito municipal.

A partir do relatório de 1916, alguns quadros escolares começaram a especificar melhor as localidades em que as escolas estavam situadas. O relatório daquele ano descreveu localidades que atualmente são municípios, inclusive de outros Estados, mas que no período, estavam em territórios pertencentes a Palmas e a Clevelândia, pois foi no final de 1916, com o fim da Guerra do Contestado, que as fronteiras entre Paraná e Santa Catarina foram demarcadas. Apareceram escolas em Barracão, São Lourenço, Campo Erê, Mangueirinha, General Carneiro e Xanxerê, por exemplo, cidades que constam nos quadros, mas que eram pertencentes a Palmas ou Clevelândia, conforme consta na tabela de 1916.

Quadro 5. Lista de Professores da região Sudoeste do Paraná e suas respectivas localidades em 1916

Município	Localidade	Nome do Professor(a)	Tipo de Cadeira	Categoria
Clevelândia	Villa	Maria José de Oliveira Toledo	Feminina	2º ano
	Villa	Hypolito Michaud Junior	Masculina	Provisório
	Barracão	Joaquim Antônio Prestes	Masculina	Provisório
	Gramados	Manuel Antonio Vieira	Masculina	Subvencionada
	São Lourenço	Eugênio Caetano Pinto	Masculina	Subvencionada
	Campo Erê	Firmino Ribeiro Leal	Masculina	Subvencionada
	Antas	Domingos de Souza Machado	Masculina	Subvencionada
	General Carneiro	Francisco Saboya Nogueira	Masculina	Provisório
Palmas	Papanduca	José de Oliveira Penteado	Masculina	Provisório
	Mangueirinha	Hercillia França do Nascimento	Mista	Não Informado
	Mangueirinha	Manoel Caetano Pinto	Masculina	Provisório
	Xanxerê	Pedro Carli	Masculina	2º ano
	Villa	Maria Nonesia Ribas	Feminina	Provisório
	Passo de Bormann	Marcolina Rodrigues do Amaral	Mista	Provisória
	Villa	Virgílio Ferreira	Masculina	Não Informado

Herval	João Floriano de Athalayde	Masculina	Provisório
Rio Bonito	João Jean Gonçalves	Masculina	Provisório
Passo de Bormann	Fabriciano José Rodrigues	Masculina	Provisório
Faxinal de irany	Affonso Goetting	Masculina	Provisório
São Bentinho	Pedro Brito Bittencourt	Masculina	Provisório
General Carneiro	Theotonio de Oliveira Silvério	Masculina	Provisório
Villa	Anna da Silva Vieira	Feminina	Provisória
Villa	Karnac Petrelli	Feminina	Efetiva
Marco Cinco	Simão Vsttink	Masculina	Subvencionada
Chopim	Maria Francisca Chichorro	Feminina	Subvencionada
Catanduva	Theophilo Costa	Masculina	Subvencionada

Fonte: Paraná. Relatório de 1916. Dados organizados pelos autores.

O relatório de 1916, também trouxe dados relevantes sobre a escolarização da população escolar do município Palmas, a partir deles construímos a tabela abaixo. Fica possível verificar que entre as 277 crianças, 130 não recebiam instrução. O motivo dos meninos ausentes era em decorrência de não haver cadeiras suficientes. Já para as meninas, a não frequência se dava por resistência das famílias. Os números mostram que quase a metade dos filhos das famílias de Palmas não frequentavam as escolas.

Quadro 6. Estatística das Crianças em Idade Escolas na cidade de Palmas em 1916

Crianças matriculadas em escolas Públicas			Crianças Matriculadas em escolas Particulares			Crianças que residiam dentro do perímetro da obrigatoriedade			Total de Crianças que recebem Instrução			Total de Crianças que não recebem Instrução		
M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
66	28	94	28	25	53	62	68	130	94	53	147	62	68	130

Fonte: Paraná, Relatório de 1916, p. A10. Dados organizados pelos autores.

No levantamento, provavelmente só foram computadas as crianças que moravam na cidade ou nas proximidades das escolas, cujos pais ou responsáveis deveriam cumprir a lei de obrigatoriedade escolar.^{viii} As que moravam a uma distância superior a três quilômetros das escolas não fizeram parte dessa contagem, pois não eram obrigadas a frequentarem as escolas. Além dos critérios que desobrigava a frequência escolar, devemos lembrar as dificuldades em encontrar materiais, a pobreza das famílias e a necessidades de os filhos ajudarem nos trabalhos familiares, como motivos para justificar essas ausências. As crianças matriculadas em escolas particulares, certamente estudavam na escola fundada pela Igreja Católica em 1913.

A partir do início da década de 1920 encontramos uma espécie de mapas padronizados que deveriam ser respondidos anualmente pelos professores, para comprovar o funcionamento das escolas, bem como para demonstrar os avanços na escolarização das crianças em cada uma delas. Para facilitar a visualização organizamos os dados solicitados nos mapas no quadro abaixo.

Quadro 7. Mapa da Escola Federal de Palmas regida pela Professor Henedina Cardoso da Cunha do ano de 1922

Número total de Alunos Matriculados durante o ano	24 Alunos
Eliminados ^{ix}	1 Aluno
Existentes no fim do ano	23 Alunos
Destes, não sabiam ler	24 Alunos
Matriculados na 1ª Série	6 Alunos
Matriculados na 2ª Série	7 Alunos
Matriculados na 3ª Série	10 Alunos
Alunos que aprenderam a ler durante o ano de 1922	17 Alunos
Frequência média anual	20 Alunos
Alunos fizeram exercícios de Caligrafia, ditado e composição?	Sim
Exercícios de Aritmética?	Sim
Ensino de História Pátria e Geografia?	Sim
Ensino de Ciências Naturais?	Sim
Guardados e colecionados trabalhos escritos?	Sim
Quais datas nacionais que foram comemoradas?	7 de setembro e 15 de novembro

Fonte: Arquivos Públicos do Paraná, AP 2320 v. I, 1922.

Nestes documentos, os professores eram questionados, se existiam escolas particulares próximas à sua escola, caso existissem se esses professores falavam ou lecionavam português. Questionava-se também, se todos os alunos estavam bem de saúde, senão havia alguma doença, e por fim, se o professor estava satisfeito ou tinha alguma queixa. Alguns destes documentos apresentam a forma como a frequência escolar deveria ser medida, somando-se a quantidade de frequência, dividida pela quantidade de meses de aula.

O mapa trouxe os dados de uma escola subvencionada pelo governo Federal. A partir do Decreto Federal, nº 13.014, de 4 de maio de 1918, que dispôs sobre o auxílio concedido pelo Governo Federal para manutenção de escolas nos Estados, no Paraná teve início a modalidade de escolas subvencionadas federais. Conforme previa o artigo 10 do referido decreto:

O Governo Federal auxiliará com a quantia de 1:800\$ anuais a manutenção de cada escola fundada pelos governos dos Estados, depois da publicação do presente decreto, e destinadas, precipuamente, ao ensino da língua portuguesa e da geografia

e história do Brasil, em municípios constituídos por antigas colônias de europeus, hoje emancipadas (Brasil. Decreto 13014, de 1918).

Essas escolas eram bancadas pelo Governo Federal, mas fiscalizadas pelo Estado. Santi (2021) identificou 160 escolas subvencionadas pelo governo federal no Paraná no ano de 1927. Na região, só evidenciamos concretamente a existência dessa escola de Palmas.

Felizmente, para o ano de 1930, recorte final de nossa pesquisa, tivemos relatórios com dados bem consistentes. Isso possibilitou demonstrar que já havia naquele ano várias escolas distribuídas pelo território do Sudoeste do Paraná. O Relatório de 1930 ficou bem completo quanto ao mapeamento do quadro de funcionários de Clevelândia e de Palmas. De Clevelândia foi registrado 17 professores e 560 alunos, número bastante considerável em relação aos anos anteriores. De Palmas estes números chegam a 26 professores e a 796 alunos. A partir dos dados construímos os quadros que seguem abaixo.

Quadro 8. Demonstrativo do Quadro de Professores e sua localização no município de Clevelândia em 1930

Municípios	Localidade	Nome do professor	Funcionou o ano todo?	Categoria
Clevelândia	Villa	Ruy do nascimento	Sim	Provisório
	Bom Retiro (Pato Branco)	João Fagundes	Sim	Provisório
	Bority	Eduardo Padilha de With	Sim	Provisório
	San'tanna	João Vicente Filho	Sim	Provisório
	Forquilhas	Francisco Joaquim Mariano	Sim	Provisório
	São Francisco	Maria Noêmia de Araújo	Sim	Provisório
	Villa	Heredina Cardoso Cunha	Sim	Efetiva
	Villa	Elvira Loureiro Cardoso	Sim	Provisório
	Villa	Maria M. do Canto Pacheco	Sim	Provisório
	Campo Erê	Messias de Lara	Sim	Provisório
	Gramados	Nayr de Oliveira	Sim	Provisório
	Cerqueira	Marcia Prestes	Sim	Provisório
	Esperança	Manoel Archanjo Bento	Sim	Provisório
	Bom Retiro	Noé Alves de Melo	Sim	Provisório
	Barracão	Marcelino Nascimento Leão	Sim	Provisório
	São Sebastião	Lygia Bueno	Sim	Provisório

Fonte: Paraná, Relatório de 1930, p. 93. Dados organizados pelos autores.

Quadro 09. Demonstrativo do Quadro de Professores e sua localização no município de Palmas em 1930

Municípios	Localidade	Nome do professor	Funcionou o ano todo?	Categoria
Palmas	Campinas	Alipio Evaristo de Oliveira	Sim	Provisório
	Lagoão	Olympia N. Figueiró	Sim	Provisório
	Covó	Aracy S. Brito	Sim	Provisório

Escolarização no sudoeste do Paraná entre 1890-1930

	Jangada	Sérgio Sawitzki	2 meses	Provisório
	Pouso Alegre	Doralina Ferreira dos Santos	Sim	Provisório
	Faxinalzinho	Elvira dos Santos Johanson	Sim	Provisório
	Lagoão	Francisca Ribeiro de Lara	8 meses	Provisório
	Santa Barbara	Hermengarda G. Rosa Lima	sim	Sem dados
	Mangueirinha	Herolia França do Nascimento		Provisório
	São Manoel	Henrique Dutra de Oliveira	Sim	Provisório
	Jangada	Stefano Jakymine	3 meses	Provisório
	Passo Fundo	Antônio Teixeira de Camargo	Sim	Provisório
	Marco 5	João Cimbalkuck	Sim	Provisório
	Fundos	Nestor ribas dos Santos	Sim	Provisório
	Jangada	Idil Balbina Kukul Damiana	Sim	Provisório
	São Sebastião	Damiana R. Vieira	2 meses	Provisório
	Pitanga	Maurício Pereira de Maia	sim	Provisório
	Saltinho de Santana	João Marques Filho	9 meses	Provisório
	Colônia de Chopim	Maria Francisca Chichorro	sim	Sem dados
	Covó	Marciano Carvalho	6 meses	Provisório
	Costa do Iguaçu	Consuelo P. Barreto	6 meses	Provisório
	Estrada Velha	Miguel KuKul	5 meses	Provisório
	Passo de Galinha	Felippe Harbartinka	2 meses	Provisório
	Sepultura	Oswaldo Muller	3 meses	Provisório
	Covó	Mariano de Carvalho	sim	Provisório

Fonte: Paraná, Relatório de 1930, p. 133. Dados organizados pelos autores.

É importante reforçarmos que estas, possivelmente, não eram as únicas escolas existentes na região, muitos professores de casas e escolas não eram nominados, lecionando em suas próprias residências de forma informal.

O fato de que a quase totalidade dos professores atuarem de forma provisória revela a inexistência de cursos de formação de professores na região e também as fragilidades da qualificação dos docentes, que não tinham os conhecimentos mínimos para serem aprovados nos concursos. Essa é uma questão merece uma investigação mais aprofundada, mas que não foi possível realizar neste momento.

Como visto, por ser uma região pouco habitada, segundo a historiografia, já havia um número considerável de professores, alunos e de localidades atendidas na época. Várias das vilas e localidades nominadas como escolas, atualmente ainda existem, sendo que algumas se constituíram em municípios. Considerando a existência de escolas desde o início do século,

isso significa que temos várias escolas com mais de 100 anos de história na região. Abre-se, portanto, a possibilidade de investigar a história dessas instituições.

Considerações Finais

A escolarização no Sudoeste do Paraná emergiu das constantes movimentações que a região vivenciou. Ora, se a Educação é uma prática social, é fato que ela acompanha as transformações que os homens realizam por onde passam ao longo da história. O fato de a região ser caminho e parada de tropeiros, para o transporte de produtos e descanso dos animais durante as viagens; de estar em uma área de fronteira com Argentina e o Estado de Santa Catarina, despertou olhares de disputas, gerando conflitos, como o da Guerra do Contestado. Mesmo sendo uma região pouco habitada, porém, com considerável tráfego de indivíduos, servindo de rota de viajantes, fuga para caboclos, escravos e fugitivos da Lei, que se escondiam em meio à mata, possibilitando o surgimento de pequenas vilas e povoados. Foram estes sujeitos, suas histórias, entre outras tantas histórias, que possibilitaram a construção da região Sudoeste do Paraná que temos hoje.

Registramos as dificuldades dos professores em conseguirem atuar, tendo que enfrentar, segundo os relatórios dos superintendentes, inspetores e presidentes (numa visão verticalizada), a falta de móveis, materiais didáticos, além da resistência dos pais em enviarem seus filhos para as escolas.

Ao mesmo tempo em que a instrução se fazia necessária e importantíssima, para a construção do sujeito desde criança, tinha em contrapartida, a realidade do aluno, quase indigentes, trabalhando desde cedo com a família na agricultura, não vendo esperanças na Instrução, muitas vezes as escolas instaladas longes, sem meios de locomoção, a falta de dinheiro para se alimentar, quanto mais, comprar materiais. Como registrado no texto, os materiais didáticos eram raros de serem encontrados, quando encontrados, com valores exorbitantes.

Estes foram/são alguns fatores que nos fazem refletir e compreender o porquê de a educação, sob duras resistências, se desenvolveu tão lentamente. Isso mostra que a Instrução estava longe dos propósitos apresentados nos relatórios do Estado, que se dizia haver em todas as localidades do Estado, escolas e que a obrigatoriedade de escolarização era válida.

Embora pouca citada e, ainda pouco pesquisada, a região Sudoeste foi nosso objeto de pesquisa, buscando elucidar fatos, dar o início a uma mudança da perspectiva frente a

escassez de dados sobre a educação, abrindo janelas e possibilidades para futuros pesquisadores, entre outras tantas informações que buscamos e julgamos serem importantes para a educação e para a ciência.

Neste texto preocupamo-nos em demonstrar como se deu o processo de escolarização na região, conseguimos apontar que existiram vários espaços de educação formal no período, mesmo que quase despercebida.

Esperamos que os indícios e dados aqui registrados possam estimular novas investigações, e que os novos pesquisadores tenham acesso aos arquivos municipais, possibilitando, assim avançarmos nos conhecimentos históricos e educativos da região.

Referências

BRASIL. Decreto nº 13.014, de 4 de maio de 1918. Dispõe sobre o auxílio concedido pelo Governo Federal para manutenção de escolas nos Estados e dá outras providencias. Rio de Janeiro: **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 9/5/1918, p. 6525 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13014-4-maio-1918-526952-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 06/02/2021.

CASTANHA, André Paulo **O Ato Adicional de 1834 e a Instrução Elementar no Império: descentralização ou centralização?** 2007. 555 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

CASTANHA, André Paulo Retornar as fontes: desafios dos estudos históricos educativos. In: SILVA, João Carlos da. et al. **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

EMER, Ivo. Oss. **Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola**. Fls. (Dissertação de Mestrado em Educação). Rio de Janeiro – RJ, FGV, 1991.

LOMBARDI, José Caludine “História e historiografia da educação: atentando para as fontes”. In: LOMBARDI, José Caludine e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura do (Org). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MARTINELLO, André Souza. A Legitimidade da Fronteira Expressa o País? Barão do Rio Branco e a Presença Paulista nos Campos de Palmas, Argumento no Litígio com Argentina (1895). **Boletim Gaúcho de Geografia**, Vol. 47 nº 1, 2020. ISSN 0101-7888 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/103647> Acesso em 16 de fevereiro de 2024.

MELO, Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A Organização da Instrução Pública no Estado do Paraná no Início da República: O Decreto Nº 31 de 29 De Janeiro De 1890. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.38, p. 248-260, jun.2010.

MULLER, Bruna Aldine. **Tropeirismo e educação no Caminho de Palmas a Palmeira/PR: limites e possibilidades de escolarização (1854-1916)**. 2021. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2021.

MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA. **Histórico do Município de Clevelândia. Prefeitura Municipal de Clevelândia.** Disponível em:

http://clevelandia.pr.gov.br/pagina/78_Historia.html#:~:text=Clevel%C3%A2ndia%20%C3%A9%20sede%20da%20Comarca,28%20de%20junho%20de%201.892. Acesso em 02/02/2021.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república.** São Paulo: EPU, 1974.

PARANÁ. Arquivos Públicos do Paraná. **Mapa Escolar da Escola do Sexo Masculino da Vila de palmas, professor João Manoel C. Sobrinho.** Curitiba: Arquivos Públicos do Paraná, AP. 0906. P.18, 60. Vol. 28. 1890.

PARANÁ. Arquivos Públicos do Paraná. **Pedido de Nomeação de professor. Escola do Sexo Masculino da Vila de Palmas, professor João Manoel C. Sobrinho.** Curitiba: Arquivos Públicos do Paraná, AP. 0897. P.38, 60. Vol. 19. 1890.

PARANÁ. Arquivos Públicos do Paraná. **Ofício solicitando mobília para a escola, professor Virgílio Ferreira.** Curitiba: Arquivos Públicos do Paraná, AP. 1526, Vol. 09, p. 183, 1914.

PARANÁ. Arquivos Públicos do Paraná. **Mapa Escolar de 1922. Escola Federal de Palmas.** Curitiba: Arquivos Públicos do Paraná, A.P. 2320, vol. 1, 1922.

PARANÁ. **Decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890.** Aprova Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Decretos e Regulamentos de 1890-1891. Curitiba: Tipografia d'A República, 1929.

PARANÁ. **Decreto nº 93 de 11 de março de 1901.** Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná, 1901. Curitiba: Tipografia da Penitenciária, 1901.

PARANÁ. **Decreto nº 510 de 15 de setembro de 1909.** Regulamento orgânico do Ensino Público do Paraná. Curitiba: Tipografia d'A República, 1909.

PARANÁ. **Decreto nº 710 de 18 de outubro de 1915.** Código de Ensino do Estado do Paraná. Coleção de Decretos e Regulamentos de 1915. Curitiba: Tipografia d'A República, 1915.

PARANÁ. **Decreto nº 17 de 9 de janeiro de 1917.** Código de Ensino. Coleção de decretos e regulamentos de 1917. Curitiba: Tipografia d'A República, 1917.

PARANÁ, Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **Coletânea de Mapas Históricos do Paraná.** Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg3.html acesso em: 02/02/2021

PARANÁ. **Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Caetano Alberto Munhoz, apresentado ao Governador do Estado Francisco Xavier da Silva, em 29 de setembro de 1894.** Curitiba: Tipografia Impressora Paranaense, 1894.

PARANÁ. **Relatório apresentado pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva Superintendente Geral do Ensino Público do Estado em 1º de novembro de 1893.** Curitiba, Impressora Paranaense, 1894.

PARANÁ. **Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Antônio Augusto de Carvalho Chaves, apresentado ao Governador do Estado José Pereira Santos Andrade, em 1º de setembro de 1897.** Curitiba: Tipografia Atelier Novo Mundo, 1897.

PARANÁ. Relatório do Diretor Geral de Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Bento José Lamenha Lins em 31 de dezembro de 1906. Curitiba, 1906.

PARANÁ. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Coronel Luiz A. Xavier, apresentado ao Governador do Estado Francisco Xavier da Silva, em 31 de dezembro de 1909. Curitiba: Tipografia A República, 1910.

PARANÁ. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Enéas Marques dos Santos, apresentado ao Governador do Estado Affonso Alves de Camargo, em 31 de dezembro de 1916. Curitiba: Tipografia da República, 1917.

PARANÁ. Relatório do Inspetor Geral de Ensino Hostilio Cesar S. Araújo apresentado ao Secretário Geral do Estado. Curitiba, 1930.

SANTI, Denize Naiara. **A Institucionalização da Escola Rural no Paraná entre 1915 e 1946 e a Atuação dos Inspectores.** (268 f.). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador(a): Maringá, 2021.

Notas

ⁱ Segundo Muller (2021), a primeira escola pública foi criada em Palmas em 1854, mas só começou a funcionar em 1856. A partir de 1878 passou a ter duas escolas, uma feminina e outra masculina.

ⁱⁱ A vila/freguesia que deu origem ao município de Clevelândia foi criada com o nome de Bela Vista de Palmas pela Lei Provincial nº. 789, de 16 de outubro de 1.884. Pela Lei nº. 28, de 28 de junho de 1.892, foi elevado à categoria de município, emancipando-se de Palmas. Em 29 de março de 1.909, pela Lei nº. 862 passou a ser denominada Clevelândia, em homenagem ao Presidente dos Estados Unidos, Cleveland, árbitro solucionador da questão Brasil – Argentina, em 1895, sendo favorável aos interesses do Brasil na sua decisão. (Prefeitura Municipal de Clevelândia, 2021).

ⁱⁱⁱ Em 1890 ainda estava em disputa, entre Brasil e Argentina, o território da região, situação que só foi regularizada em 1895. O território reivindicado pelos argentinos chegava até bem próximo da vila de Palmas.

^{iv} No Regulamento de 1890, artigo 36 apareceu da seguinte forma: “As cadeiras do sexo feminino ou promíscuas só poderão ser ocupadas por preceptoras” (PARANÁ, 1890, p. 43). O artigo 35, do Regulamento de 1901, trouxe: “As escolas do sexo masculino serão regidas por professores e as escolas femininas e promíscuas por professoras” (PARANÁ, 1901, p. 94). No regulamento de 1909, artigo 136, parágrafo único houve uma alteração: “As escolas do sexo feminino e mistas só poderão ser regidas por professoras” (PARANÁ, 1909, p. 148). A partir do Código de Ensino de 1915, o termo promíscuo deixou de ser empregado na legislação, voltando a definição de escolas masculinas, femininas ou simples, mas, conforme previsto no artigo 65, as escolas de meninos poderiam ser regidas por professor ou professora, já as escolas de meninas, só por professoras (PARANÁ, Código de Ensino de 1915, p. 17).

^v O fato de haver a destinação de recursos para aluguel de casas escolares, evidencia que não havia casas construída pelo Estado ou município para esse fim. Pelo conjunto da documentação analisada não foi possível identificar quando teve início esse tipo de construção. Talvez, se tivéssemos tido acesso aos arquivos dos municípios de Palmas e Clevelândia tivéssemos conseguido identificar quando teve início a construção de casas, especialmente para o funcionamento de escolas na região.

^{vi} Uma evidência disso foi registrada ainda no relatório do Superintendente Geral de Ensino Público do Estado Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva e apresentado ao Senhor Caetano Alberto Munhoz Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública em 1894: “As escolas públicas em geral acham-se mal providas de móveis, que ou são insuficientes, ou imprestáveis. Quotidianamente esta superintendência recebe reclamações de professores, pedindo mobília para as escolas e livros para distribuir aos alunos pobres. [...] A Lei número 42 de 12 de julho de 1892, criou em cada município uma caixa escolar a cargo das respectivas municipalidades, destinada ao fornecimento de mobília, livros para as escolas etc. Esta disposição de lei não me consta que tivesse sido executada pelas Câmaras Municipais que, autônomas, tem liberdade de ação, sem que o governo estatal possa lhes fazer imposição” (PARANÁ, Relatório do Secretário do Interior, justiça e Instrução Pública, 1894, p. 53). A citação demonstra que os Presidentes de Estado sabiam da situação precária das escolas, isto em 1894, porém, se olharmos ofícios depois de passar 10, 15 anos, os problemas persistiram e as mensagens de pedidos por

mobílias continuavam. O Estado tentando solucionar criava licitações para distribuir mobílias gradativamente, mas sempre insuficientes.

^{vii} Nos relatórios de inspetores e dos secretários de Estado não encontramos registros sobre essa escola franciscana.

^{viii} Conforme disposto no Código de Ensino do estado do Paraná de 1915, no seu artigo 49, excetuavam-se dessa obrigatoriedade as crianças que moravam a mais de três quilômetros das escolas urbanas, suburbanas, rurais ou ambulantes. Estavam desobrigadas também as crianças com deficiência, as que provassem que já dominavam os conhecimentos ensinados nas escolas e as que comprovassem frequência em escolas particulares. (PARANÁ. Código de Ensino de 1915, p. 14).

^{ix} O termo “Eliminados” foi encontrado em vários mapas e relatórios escolares analisados, entretanto, não sabemos ao certo o seu significado, se estava relacionado a desistências de alunos, se eram alunos expulsos pelo professor ou se eram reprovados. Nenhum dos documentos usados na pesquisa menciona de forma específica qual o sentido aplicado à palavra.

Sobre os Autores

Fábio Júlio Bido

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação da UNIOESTE-FB. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e foi professor da Rede Municipal de Ensino de Francisco Beltrão. Atualmente é discente do Curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: bido20111@hotmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7322-9936>

André Paulo Castanha

Professor do curso de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão. Membro do Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDOPR), GT local do HISTEDBR. Doutor em Educação pela UFSCar (2007) e Pós-doutor na área de Filosofia e História da Educação pela UNICAMP (2011). E-mail: andrecastanha66@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0571-0960>

Recebido em: 31/07/2024

Aceito para publicação em: 26/08/2024